SENTENÇA

Processo Digital n°: 1000394-14.2016.8.26.0233

Classe - Assunto **Procedimento Comum - Pagamento**

Requerente: Irmãos Ruscito Ltda - Supermercados Ruscito

Requerido: Marcos Neves de Oliveira

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança movida por IRMÃOS RUSCITO LTDA. em face de MARCOS NEVES DE OLIVEIRA. Alega a parte autora que dispõe de crédito em aberto em desfavor do requerido, referente a compra de mercadorias, no valor de R\$ 783,17. Requer a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 1.138,36. Juntou documentos (fls. 5/12).

Citado, o requerido apresentou resposta controvertendo somente o valor da dívida (fls. 25/29).

Instadas, as partes manifestaram desinteresse pela produção de provas (fls. 56 e 57).

É o relatório. DECIDO.

Concedo AJG ao requerido assistido pelo Convênio. Anote-se.

O feito comporta julgamento imediato, com fundamento no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, bem assim, pelo desinteresse das partes na produção de provas, direito que declaro precluso.

A inadimplência é fato incontroverso confirmado pela prova documental, impondose o acolhimento da pretensão condenatória.

De outro lado, não se verifica o ajuste prévio de data de pagamento pelas partes, razão pela a atualização monetária incide a partir do ajuizamento e os juros de mora com a citação.

Ainda, não integram o crédito as despesas extraprocessuais com correio, mostrando-se inadequada, também, a inclusão de honorários advocatícios no cálculo inicial.

São as razões a parcial procedência.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, condenando a ré ao pagamento da importância de R\$ 783,17 atualizada pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo desde o ajuizamento e com juros de mora de 1% ao mês a contar da citação. Sucumbente, arcará a ré com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 15% do valor da condenação atualizado.

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões e subam os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 18 de maio de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA